



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO JOAO DO PIAUI/PI

Processo: 08012727420188180135

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO CAIO GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

No mais, requer a juntada do incluso documento que comprova o pagamento efetuado em sede administrativa.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
SAO JOAO DO PIAUI, 26 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA:

16/08/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

$$2.531,25$$

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOAO CAIO GOMES

BANCO: 237

AGÊNCIA: 00937-7

CONTA: 000000038877-7

Nr. Autenticação

BRADESCO1608201705000000000023700937000000038877253125 PAGO

ProOrd 0801272-74.2018.8.18.0135

JOAO CAIO GOMES X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVA...

6568554 - Petição (2579377 PETICAO PROVAS)

Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 02/10/2019 10:29:12

02 Oct 2019

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO

6568545 - Petição (Petição de Provas)

6568554 - Petição (2579377 PETICAO PROVAS)

6568557 - Comprovante (Comprovante (15))

10:29

30 Aug 2019

PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE

6158802 - Despacho

12:12

09 Aug 2019

CONCLUSOS PARA DESPACHO

11:24

29 Apr 2019

JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

4894772 - Manifestação (Réplica)

17:12


11 Apr 2019

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO REALIZADA

Microsoft Word - 2579377_PETICAO_PROVAS

1 / 1

2579377- CS/ 2019-01284/ INVALIDEZ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO JOAO DO PIAUI/PI

Processo: 08012727420188180135

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO CAIO GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ**